

METODOLOGIA DE ANÁLISE E AÇÃO NAS INTERVENÇÕES URBANAS NO BAIRRO REBOUÇAS EM CURITIBA-PR

Maria da Graça Rodrigues dos Santos

Universidade Federal do Paraná – UFPR
Programa de Pós-Graduação em Geografia, Curitiba, PR, Brasil
mariagrs@gmail.com

Olga Lucia C. de Freitas-Firkowski

Universidade Federal do Paraná – UFPR
Programa de Pós-Graduação em Geografia, Curitiba, PR, Brasil
olgafirk@gmail.com

RESUMO

Este artigo tem por objetivo apresentar uma metodologia de análise das intervenções urbanas que vêm ocorrendo em parte do Bairro Rebouças, em Curitiba, e, para alcançá-lo, aponta para ações que, associadas ao desenvolvimento urbano, possibilitem a preservação do seu antigo núcleo industrial-ferroviário. Faz-se, portanto, uso de diferentes elementos interpretativos - da geografia, da arquitetura e urbanismo, da sociologia e da história - sem perder o rigor na utilização dos conceitos de referência nas análises. A definição clara das terminologias que caracterizam as intervenções e a análise por escalas, adotada no desenvolvimento do método, revela o jogo de interesses de agentes públicos e privados, produtores do espaço urbano; as mudanças que a lei induz; e seus reflexos no espaço real. As análises são acompanhadas de mapas resultantes de levantamentos in loco e pesquisa documental, que compõem um diagnóstico, permitindo estabelecer critérios para preservação, sem comprometer o desenvolvimento urbano.

Palavras-chave: Preservação. Desenvolvimento urbano. Escalas de análise. Patrimônio industrial. Patrimônio Curitiba.

METHODOLOGY OF ANALYSIS AND ACTION IN URBAN INTERVENTIONS IN REBOUÇAS DISTRICT IN CURITIBA-PR

ABSTRACT

The text aims to present a methodology for the analysis of urban interventions that have been taking place in part of Rebouças District, in Curitiba. To meet this target, it points to actions that enable the preservation of its former industrial-railway nucleus, associated with urban development. Therefore, different interpretative elements are used - geography, architecture and urbanism, sociology and history - applying rigor to the use of reference concepts in the analyses. The clear definition of the terminologies that characterize the interventions and the analysis by scales, adopted in the development of the method, reveals the game of interest involving public and private agents that produce urban space, the changes induced by law, and their effects on the real space. The analyses are accompanied by maps resulting from on-the-spot surveys and documentary research, which make up a diagnosis, allowing the establishment of criteria for preservation, without affecting urban development.

Keywords: Preservation. Urban development. Scales of analysis. Industrial heritage, Curitiba heritage.

INTRODUÇÃO

As intervenções urbanas contemporâneas abrangem um vasto campo de conhecimento para sua análise e compreensão, considerando o interesse que despertam em agentes públicos e privados, produtores do espaço urbano.

No caso deste estudo, a tarefa consiste na análise e interpretação de mudanças previstas e ocorridas no entorno da antiga estação ferroviária de Curitiba, que concentrou o primeiro parque industrial da cidade, existente desde finais do século XIX, hoje quase inteiramente desativado. O objetivo é apresentar uma

metodologia de interpretação e análise que aponte para a possibilidade de preservação desse conjunto num contexto de desenvolvimento urbano que, em si, pressupõe transformações.

Apesar da especificidade do objeto de estudos, a intenção de compreendê-lo com ênfase na definição de uma metodologia, que possa ser aplicada na análise de outros ambientes urbanos, não é uma tarefa fácil. Propõe-se um exercício multidisciplinar, que inclui diferentes elementos interpretativos – cujas especificidades estão expressas nas contribuições e análises dos autores referenciados – sem perder de vista o rigor na utilização dos conceitos de referência para caracterizar as ações que estão abrigadas no conceito maior de intervenção urbana contemporânea. A proposta leva em consideração elementos provenientes da geografia, da arquitetura e urbanismo e da sociologia urbana, que indiretamente envolvem a economia, para melhor compreender as mudanças que ocorrem nas capitais brasileiras, com as intervenções urbanas contemporâneas, como expressões periféricas das ações do capitalismo em escala global. A história, por sua vez, apresenta-se como disciplina de base não só para conhecer as ações passadas, mas também para apontar novas interpretações do passado, auxiliando tanto a compreensão da realidade atual, como a definição de ações futuras, que possam contribuir para o desenvolvimento e inserção desses antigos conjuntos urbanos na dinâmica das cidades.

O principal objetivo do estudo é a preservação do patrimônio arquitetônico e urbano e sua efetivação pela via do desenvolvimento urbano. Esta diretriz parte da forte convicção de que nossos interesses no futuro das cidades são expressos pelo modo como lidamos com a presença das estruturas antigas nas áreas centrais. Contudo, a pressão do mercado imobiliário sobre as áreas antigas ou os interesses turísticos que mobilizam administrações locais e mesmo governos centrais na definição de políticas e linhas de financiamento para as chamadas requalificações, revitalizações e reabilitações urbanas são vistos aqui não como ameaças, mas como contextos, no sentido aplicado por Nestor Garcia Canclini (1994), para se referir às mudanças no patrimônio cultural provocadas pelo desenvolvimento urbano, pela mercantilização e pelo turismo. Essa perspectiva pode auxiliar na reflexão sobre o papel do patrimônio cultural na atualidade e adotar alternativas que incorporem interesses diversos.

Quanto à abordagem, adota-se a análise por escalas conforme a propõem Lepetite e Angotti-Salgueiro (2016). A utilização do jogo de escalas com três escalas distintas é importante pois, segundo esses autores, elas permitem “dominar a imagem global e coerente do objeto.” Essa abordagem visa a abarcar a complexidade de fatos que interagem no conhecimento da área em questão e entender os efeitos no espaço, causados pelos interesses de mudança manifestados pelos agentes identificados. O jogo de escalas possibilita analisar sob diferentes perspectivas um mesmo objeto, reconhecendo-o em relação a contextos, com distintos níveis de abrangência (LEPETIT e ANGOTTI-SALGUEIRO, 2016).

Antes da apresentação da metodologia, aponta-se para uma questão importante, relativa ao uso de alguns termos na caracterização das intervenções. Indaga-se em que medida tais termos traduzem conceitos que podem auxiliar na sua interpretação. Reabilitação, renovação, revitalização e refuncionalização são discutidos, pelo entendimento que, de modo diverso, estão presentes na caracterização das transformações que ocorreram ou podem vir a ocorrer no bairro Rebouças, objeto deste estudo. Parte-se do pressuposto que as intervenções urbanas se compõem de diferentes ações, denominadas por diferentes terminologias.

(RE) VISÕES CONCEITUAIS NAS TRANSFORMAÇÕES URBANAS

A distinção prévia dos quatro termos, reabilitação, renovação, revitalização e refuncionalização, parte de dois pressupostos básicos: a) a definição clara do significado de cada termo e os limites para o seu emprego servem para associá-las com ações empreendidas em outras cidades, uma vez que a simples utilização de termos semelhantes não garante objetivos semelhantes; b) as intervenções urbanas contemporâneas abrigam ações distintas, com características, abrangência e objetivos distintos, apesar de constituírem-se como unidades espaciais, como no caso deste estudo.

O emprego do termo Reabilitação Urbana para caracterizar as intervenções no Rebouças, em Curitiba, foi proposto em Seminário realizado em outubro de 2017, organizado a partir de uma parceria entre a Reurbanizar – Organização Social Civil de Interesse Público, REURB, (2017) e a Agência Curitiba de Desenvolvimento e Inovação, responsável pela gestão do Projeto Vale do Pinhão, da Prefeitura de Curitiba – em processo de implantação na área de estudo –, cujos propósitos se adequam com a visão portuguesa recente, guardadas as diferenças quanto à abrangência e aos interesses envolvidos. O termo ganhou relevância no final dos anos 1980, em Lisboa, na designação de uma ação de melhorias na estrutura física dos bairros mais antigos e condições de vida da população residente, com forte caráter social. Neste século a Reabilitação Urbana assumiu nova roupagem. Em 2002, a Câmara de Lisboa promoveu o Colóquio Reabilitação Urbana em Debate: experiências, instrumentos e perspectivas (AML, 2003), no qual fazia uma

crítica clara à opção de reabilitação urbana da etapa anterior. O resultado visível das iniciativas ali traçadas levou ao atendimento de outras demandas, muitas delas contrárias à preservação do tecido social, transformando-se em ações de expulsão e gentrificação. Mendes (2017), crítico deste processo, analisa o que define como viragem neoliberal da política urbana de Portugal, que teria levado à “turistificação” nos bairros históricos de Lisboa.

A Renovação Urbana, segundo a Carta de Lisboa (1995), é entendida como:

Acção que implica a demolição das estruturas morfológicas e tipológicas existentes numa área urbana degradada e a sua conseqüente substituição por um novo padrão urbano, com novas edificações (construídas seguindo tipologias arquitectónicas contemporâneas), atribuindo uma nova estrutura funcional a essa área. (ENCONTRO LUSO-BRASILEIRO DE REABILITAÇÃO URBANA INTEGRADA, 1995, artigo 1º, a, p. 1)

Pensando a Renovação Urbana nas intervenções do Rebouças, podem ser observados dois aspectos, que permitem relativizar as ações de destruição que o termo quase sempre abriga, integrando-as com os propósitos de preservação. O primeiro corresponde à escala das intervenções e o segundo, às estruturas que são destruídas, ou substituídas. Gustavo Giovanoni (KUHL, 2013), teórico do patrimônio urbano, defendia a tese de perdas, para garantir a preservação. Ou seja, a Renovação Urbana controlada é uma forma de permitir que a cidade se transforme e, ao mesmo tempo, preserve seus elementos singulares. Isto envolve o segundo aspecto: onde devem incidir as ações de renovação. Tanto na escala da cidade, como num bairro ou num estrato menor, como o da área delimitada neste estudo, existem edificações que distinguem significativamente alguns espaços da cidade, guardando a memória de ações do passado. Nesta perspectiva, não devem ser destruídas e as intervenções necessárias para sua atualização e utilização na cidade contemporânea demandam estudos criteriosos e ações cuidadosas.

A Revitalização Urbana pressupõe “...operações destinadas a relançar a vida econômica e social de uma parte da cidade em decadência. Esta noção, próxima da reabilitação urbana, aplica-se a todas as zonas da cidade sem ou com identidade e características marcadas.” (ENCONTRO LUSO-BRASILEIRO DE REABILITAÇÃO URBANA INTEGRADA, artigo 1º, a, 1995, p. 1). Sua definição num documento de reabilitação urbana revela que um processo de transformação envolve distintas ações, como se entende neste trabalho, e aponta para possibilidade de vitalidade econômica e social, sem a preocupação de incidir apenas em trechos singulares da cidade e sem privilégio dos aspectos estéticos que são quase sempre priorizados nessas ações. Assim, mesmo reconhecendo as mudanças que ocorreram nas cidades, em relação ao período de publicação dessa Carta, quando os centros passaram a ser tratados cada vez mais como mercadorias e objeto de *marketing* urbano, a Revitalização Urbana, com os propósitos definidos nesse documento, pode ser uma reação à sua utilização em lançamento de projetos e intervenções de elitização e embelezamento de áreas históricas, simplesmente.

A Refuncionalização, recuperando as definições de Paes-Lucchiari (2006; 2010), pressupõe a possibilidade de atualização de núcleos urbanos, com atividades que contribuam para incrementar a economia do lugar e, conseqüentemente, incentivar o encontro. O termo é empregado nas considerações finais.

O emprego dessas terminologias, bem como a sua definição, de acordo com a metodologia proposta, permite caracterizar de modo mais preciso as mudanças que se processam no espaço, considerando-se que, apesar de o limite espacial adotado configurar uma unidade para o estudo, a área contém diferenças internas quanto ao grau e tipo das transformações.

UMA METODOLOGIA A PARTIR DA ANÁLISE POR ESCALAS

Com o propósito de apresentar uma alternativa de preservação, associada ao desenvolvimento urbano, foi desenvolvida uma metodologia para diagnóstico, classificação e análise da área de estudo, que compreende a abordagem por escala. Esse instrumento se compõe de três itens que correspondem a cada uma das escalas selecionadas, partindo-se da mais ampla para a mais restrita.

ESCALA 1: ANÁLISE DA INTERVENÇÃO URBANA PELOS INTERESSES DOS AGENTES PROMOTORES DO ESPAÇO

Nesta escala de observação, a área é delimitada por ações, que se configuram como partes de um projeto mais amplo, traçado no âmbito da administração municipal e de estratégias dos agentes privados, principalmente do mercado imobiliário. A participação de cada um desses agentes e o poder que exercem na defesa de seus interesses esclarecem sobre as possibilidades de efetivar a preservação num contexto de desenvolvimento urbano.

Atualmente, o jogo de interesses capitalistas no espaço urbano pode ser interpretado pelas ações de seus agentes promotores. Nesta perspectiva, a produção da cidade quanto à sua estrutura material deriva diretamente dos resultados de tais ações. Contudo, mesmo reconhecendo as mudanças que vêm ocorrendo no papel das cidades, principalmente das metrópoles, na ordem econômica mundial no século XXI, na qual o modelo hegemônico industrial foi substituído pela financeirização, ainda é possível afirmar que o espaço urbano é o lugar por excelência da acumulação capitalista.

Nessa diretriz, afirma Carlos (2015):

a reprodução do espaço urbano da metrópole expõe o momento em que o capital financeiro se realiza através dessa reprodução, produzindo “um novo espaço” sob a forma de “produto imobiliário” que aponta uma mudança na aplicação do capital-dinheiro acumulado do setor produtivo industrial em direção ao setor imobiliário, o que exige uma fluidez avassaladora. (CARLOS, 2015, p. 26).

Carlos (2015) aponta para mais uma questão que explica a intenção de mudanças na legislação e a intenção de investimentos públicos em áreas específicas, além da parceria entre a esfera pública e a iniciativa privada, nos moldes que estão sendo aqui apresentados, relativos ao Vale do Pinhão, um programa da Prefeitura de Curitiba, criado por meio da Agência Curitiba de Desenvolvimento S/A, com o objetivo de “fortalecer e potencializar o ambiente de inovação” da cidade, “por meio do empreendedorismo, economia criativa e tecnologia” (CURITIBA, 2017). Segundo Carlos (2015), no movimento de reprodução do capital no espaço da metrópole, registram-se novos conteúdos de urbanização e dentre esses:

realização das políticas públicas que dão atenção especial à produção do espaço em determinados setores e em determinadas áreas da metrópole com a criação de infraestrutura e alterações nos usos e funções dos lugares a partir de mudanças de zoneamento, “reparcelamento” do solo urbano, políticas de intervenção espacial através da realização de operações urbanas e da chamada requalificação de áreas – principalmente centrais – por meio da realização de “parcerias” entre a prefeitura e os setores privados que influenciam e orientam essas políticas. (CARLOS, 2015, p. 27).

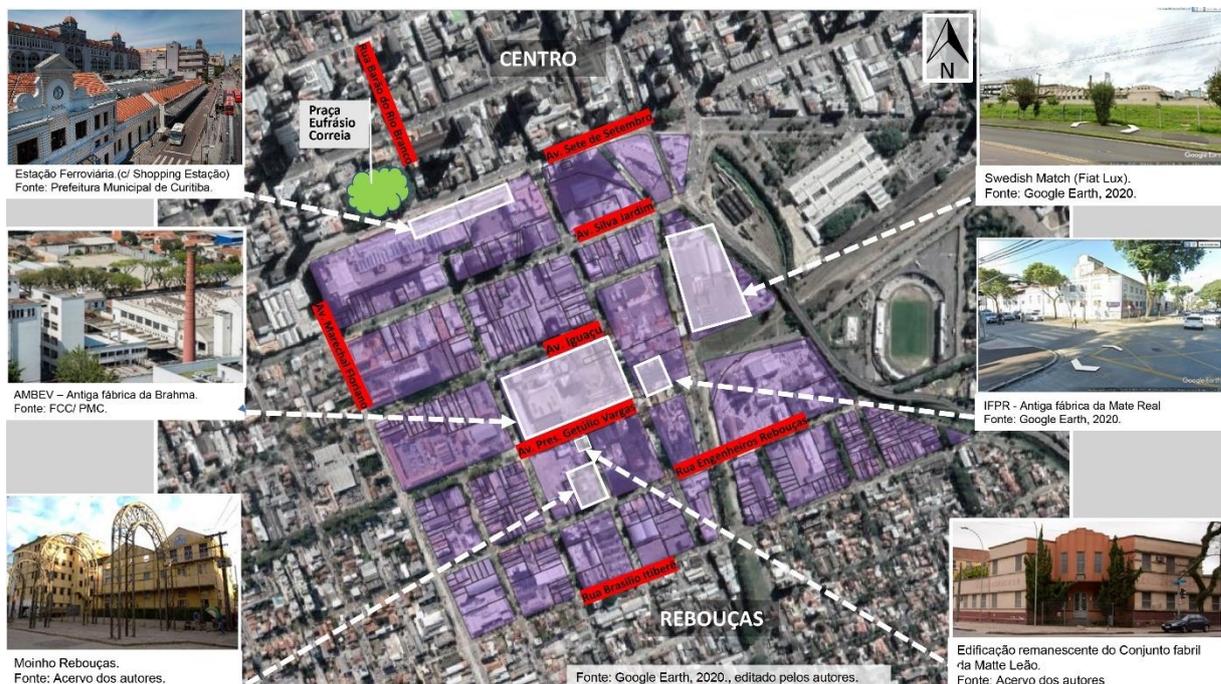
Os interesses na área do Rebouças decorrem de um processo de estagnação econômica iniciado com a desativação da rede ferroviária em 1972 e com a inauguração da Cidade Industrial de Curitiba, na região Sul da cidade, na mesma década. Tais fatores desencadearam a perda crescente da importância econômica e social do bairro, principalmente nas imediações da Estação Ferroviária. As indústrias foram sendo transferidas ou desativadas, ficando no local apenas as indústrias mais antigas, não poluentes. Nas imediações da Praça Eufrásio Correia, - localizada em frente à Estação Ferroviária –, com o fim do fluxo de passageiros dos trens, os hotéis foram sendo desativados e as poucas atividades que permaneceram em torno da Praça não incentivavam encontros e convívios, contribuindo para um quadro de estagnação urbana, que se estendeu posteriormente para as primeiras quadras da Rua Barão do Rio Branco.

As primeiras ações da administração pública para reverter a estagnação econômica do bairro podem ser identificadas num diagnóstico realizado pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, o IPPUC, em 1992, complementado em 1996, que resultou na extensão da Avenida Getúlio Vargas, para ampliar o fluxo de veículos na região, após acordos com a Rede Ferroviária Federal, proprietária dos terrenos que seriam utilizados (IPPUC, 2003). As propostas de intervenção nesse ambiente construído continuaram até data recente, desta vez devido à necessidade de criar atrativos para incrementar o setor imobiliário, que sofreu baixa desde a crise de 2014. Mas, desde sempre, os agentes públicos e privados não pouparam esforços em utilizar o potencial histórico do antigo parque industrial.

No período 2000 - 2004, o Projeto Novo Rebouças, iniciativa da Prefeitura Municipal, visava a definir um cenário de ocupação, mediante a identificação de novas vocações do bairro. Buscava criar uma imagem uniforme e marcante para a área, protegendo a sua identidade histórica e, ao mesmo tempo, valorizar sua diversidade e dinamismo; balancear o desenvolvimento urbano com a capacidade da infraestrutura existente; melhorar as interligações viárias da área com outras áreas significativas do entorno; proteger as comunidades residenciais estáveis e incentivar o uso habitacional; Incorporar serviços comunitários e espaços públicos na elaboração do plano de ocupação; Incentivar os usos relacionados com a arte, o design, o lazer, a cultura, a diversão, além de serviços e tecnologias emergentes (IPPUC, 2003).

As medidas destacavam a preservação e acentuação dos elementos simbólicos essenciais à manutenção da imagem, tais como o “estilo arquitetônico das fábricas, as várias chaminés que pontuam verticalmente a paisagem, as coberturas curvas dos galpões, os trilhos e os trens” (IPPUC, 2003, p.10). Mas as ações que se seguiram à intenção inicial desencadearam um processo de mutilação e mesmo destruição de exemplares significativos do patrimônio industrial e ferroviário da área (Figura 1).

Figura 1 - Infográfico da área de estudos, bairro Rebouças, Curitiba-PR, com indicação das principais vias, da Estação Ferroviária e edificações industriais remanescentes.



Fonte - Acervo das autoras, elaborado com base em fontes diversas (indicadas).

A Estação Ferroviária, que outrora justificou a ampliação da cidade, a ocupação da Praça e mesmo a criação do parque industrial, sofreu uma significativa perda de ambiência, permanecendo isolada ao lado da megaestrutura de um shopping center, carregada de elementos historicistas, que comprometem a historicidade do lugar – conforme o entendimento de Fredric Jameson (2000) na caracterização da cultura pós-moderna. O conjunto arquitetônico da antiga fábrica da Matte Leão, que se configurava como o mais completo dos exemplares da arquitetura industrial da área, foi demolido, apesar dos esforços da Fundação Cultural de Curitiba de tentar reverter o processo (FERNANDES, 2011). No aspecto de valorização da imagem e proteção do patrimônio, o Projeto Novo Rebouças falhou na origem porque revitalizar e destruir estavam indo pelo mesmo caminho. Não conseguiu reverter o processo de degradação da área industrial e, conseqüentemente, o bairro teve redução no crescimento populacional e mudanças no padrão de ocupação, revelados pela sua tipologia sócio-ocupacional. Entre 2000 e 2010, o bairro saiu da predominância do tipo superior, para o tipo médio¹.

¹Segundo Deschamp (2014), o tipo superior está relacionado com profissionais que ocupam funções de dirigentes, além de profissionais de nível superior e pequenos empregadores, enquanto o tipo médio abrange trabalhadores do setor terciário especializado e não especializado e trabalhadores do setor secundário.

Na última década, registraram-se novos fatos relacionados com o bairro do Rebouças que evidenciam os interesses públicos e privados na área – principalmente do mercado imobiliário – e, mais uma vez, voltados à sua revitalização. Em termos de localização, os interesses do mercado voltaram-se para a região do bairro Rebouças, devido à crise no setor imobiliário, e da necessidade constante de se reinventar, abrindo novas oportunidades de investimento.

Na coincidência da revisão da nova Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo, a Lei 15.551, aprovada em 2019, os interesses convergiram. Para a Prefeitura, havia a necessidade de efetivar as diretrizes do Plano Diretor de 2014, principalmente no que concerne ao Plano de Mobilidade, e incrementar a integração metropolitana, além de ser mais uma oportunidade de criar um “fato” espetacular para marcar a gestão do prefeito e manter Curitiba na agenda da C40 *Cities* (2005). Para a iniciativa privada, era uma oportunidade única de conseguir viabilizar empreendimentos diversos numa área próxima ao centro da cidade, servida com uma boa rede de infraestrutura, principalmente de transporte de massa, nas escalas urbana e metropolitana, com os eixos das avenidas Sete de Setembro e Marechal Floriano.

Nesta perspectiva criou-se, em 2017, o Projeto Vale do Pinhão, para retomar a capacidade inovadora de Curitiba, atrelada ao desenvolvimento social, com a participação de diversos setores da sociedade civil. No geral, observa-se quase uma retomada do Projeto Novo Rebouças, baseado não mais no incentivo à cultura e ao turismo, mas sim na ideia de inovação. Os dois projetos têm em comum o propósito de revitalizar o bairro do Rebouças e utilizar o espaço do Moinho Rebouças como sede e símbolo da intenção de mudanças. Ambos foram criados concomitantemente ao processo de alteração da citada Lei, cujo processo de aprovação contou com importante participação dos setores ligados ao mercado imobiliário, conforme já apontado em texto anterior (SANTOS, 2019).

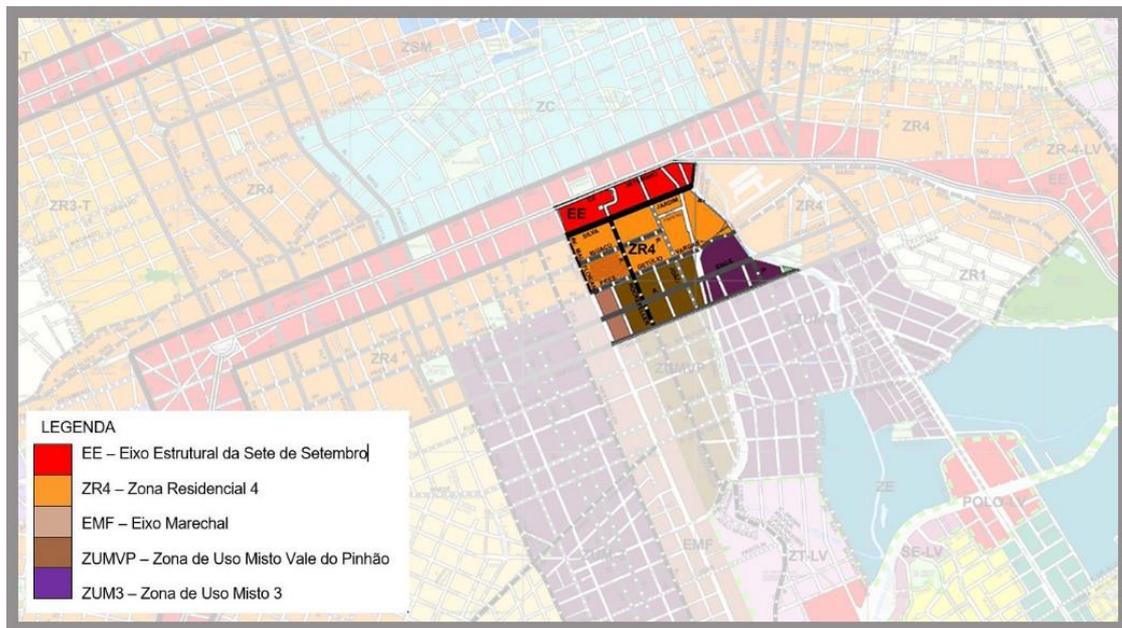
ESCALA 2: INTERVENÇÃO URBANA À LUZ DA LEGISLAÇÃO DE ZONEAMENTO, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Na escala intermediária de análise, observa-se a área de estudo pelas prováveis mudanças que a nova Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo de Curitiba induz, sabendo-se dos interesses mais amplos na região. A esse respeito pontuam-se as análises no novo zoneamento e nas mudanças de uso que podem alterar significativamente o perfil socioeconômico da região. Esta escala possibilita observar como os interesses dos agentes públicos e privados, identificados na análise anterior, se expressam na intenção de mudanças no espaço.

A Lei de zoneamento, uso e ocupação do solo anterior, a Lei 9.800/2000, já havia promovido alterações significativas no zoneamento do bairro, dirigidas no sentido de viabilizar a implantação de grandes complexos comerciais e de serviços (IPPUC, 2003). Esta nova Lei propôs subdivisões no zoneamento do bairro, de modo que na área do estudo (Figura2), excetuando-se os limites e parâmetros do Eixo Estrutural da Sete de Setembro (EE) que permanecem inalterados, a Zona Residencial (ZR4) foi reduzida, para absorver três outras zonas: o Eixo Estrutural da Avenida Marechal Floriano (EEMF), a Zona de Uso Misto do Vale do Pinhão (ZUMVP) e a Zona de Uso Misto 3 (ZUM3).

Os parâmetros do zoneamento anterior na ZR4, que abrangia toda a área de estudo, incentivavam a verticalização, com coeficiente de utilização 2 e altura máxima de 6 pavimentos, indicando uma tendência à mudança na tipologia das residências unifamiliares. Exigia recuo de 5,0m, apontando para a descaracterização do padrão de ocupação das quadras de antigas indústrias, no alinhamento dos terrenos. Pela nova legislação, observa-se em relação ao uso habitacional, que houve acréscimo de outros tipos em algumas zonas, inclusão de empreendimento de habitação de interesse social no Eixo Marechal Floriano e permissão de construção de mais unidades unifamiliares por lote. As mudanças de parâmetros e gabaritos não são aparentemente significativas, mas permitem a utilização de potencial construtivo, via aplicação de critérios da Lei 15.661/2020 – que dispõe sobre a concessão de potencial construtivo adicional, mediante os instrumentos da Outorga Onerosa do Direito de Construir, Transferência do Direito de Construir e Cotas de Potencial Construtivo no Município de Curitiba – que pode alterar a paisagem e a dinâmica da área.

Figura2 - Subdivisão do zoneamento na área de estudo. Extrato do mapa anexo à Lei 15.511/2019 – Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo de Curitiba, 2020.



Fonte - CURITIBA (2019), editado pelas autoras.

ESCALA 3: HISTÓRIA, MORFOLOGIA E TIPOLOGIA NAS INTERVENÇÕES URBANAS DO REBOUÇAS

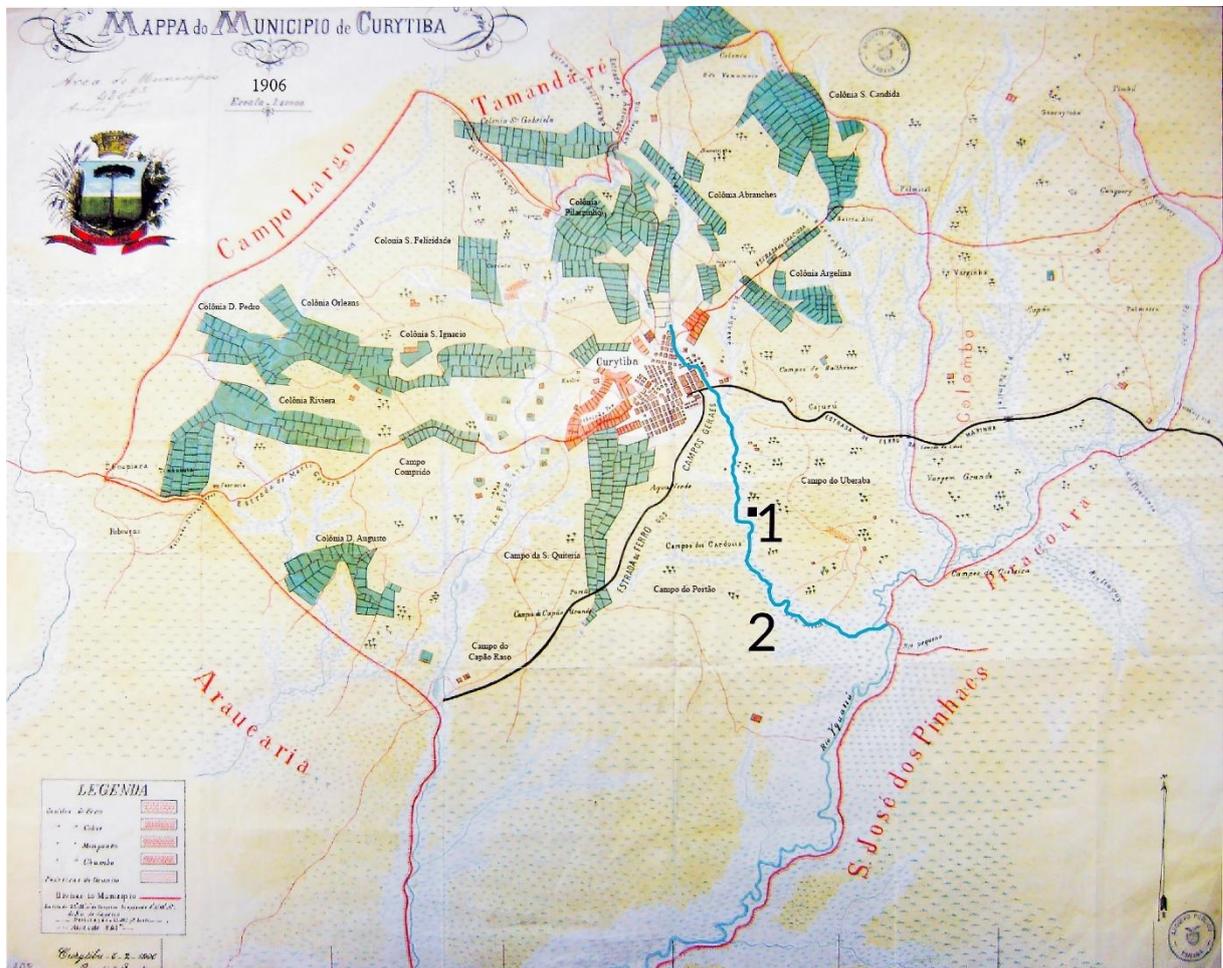
A escala mais restrita de análise abrange o conjunto de edificações que configura a paisagem industrial do antigo bairro Rebouças, onde as edificações mais significativas dessa paisagem se caracterizam pela ocupação perimetral das quadras, com pátio central. O trecho está delimitado pela Avenida Marechal Floriano, a Oeste; a Avenida Sete de Setembro, ao Norte, a Rua Engenheiros Rebouças, ao Sul, e o Rio Belém, a Leste, conforme indicado na Figura 1.

As análises nessa escala abrangem a formação e ocupação do bairro, suas características tipológicas e morfológicas, que são compreendidas no conhecimento do processo de implantação da ferrovia e surgimento do parque industrial, que se configuram como elementos fundamentais na consolidação da memória urbana.

Tendo a história como suporte, a abordagem da cidade pela sua forma pressupõe o entendimento que seus traços – morfologia – e seus edifícios – tipologia –, solidariamente, constituem o seu tecido urbano. Adotando a afirmativa de Coelho (2014), que “o estado de um tecido num fragmento de tempo é tanto o resultado de ideias e materializações intencionais como de acontecimentos involuntários e preexistências históricas e geográficas” (COELHO, 2014, p. 13), acrescenta-se, para o conhecimento da cidade, o seu movimento no tempo; assim o tempo é tomado como uma quarta dimensão para a interpretação da área. Os traços – definidos pelas ruas, quadras e desenho dos lotes – vinculam-se aos elementos naturais, como riachos, colinas e caminhos preexistentes, que interferem no seu desenho, mas eles dependem também de ações intencionais, que podem impor-se às demais e alterar a relação com os elementos naturais ou mesmo modificar os traços de uma cidade, em diferentes momentos² (Figura 3).

² Os antigos caminhos orientaram as linhas radiais do Plano Agache, em 1943, e, posteriormente, os eixos do Plano de Urbanismo de Jorge Wilhelm, para Curitiba, em 1965.

Figura 3 - Mapa do Município de Curitiba. 1906. O mapa evidencia a relação do traçado / expansão da malha urbana com a direção e traçado das antigas estradas. Nesse sentido evidenciam-se a malha urbana original (em marrom), a área de expansão (em rosa), as antigas colônias (em verde), os antigos caminhos (em vermelho) as linhas férreas (em preto) e o Rio Belém ³.



Fonte - Museu Paranaense.

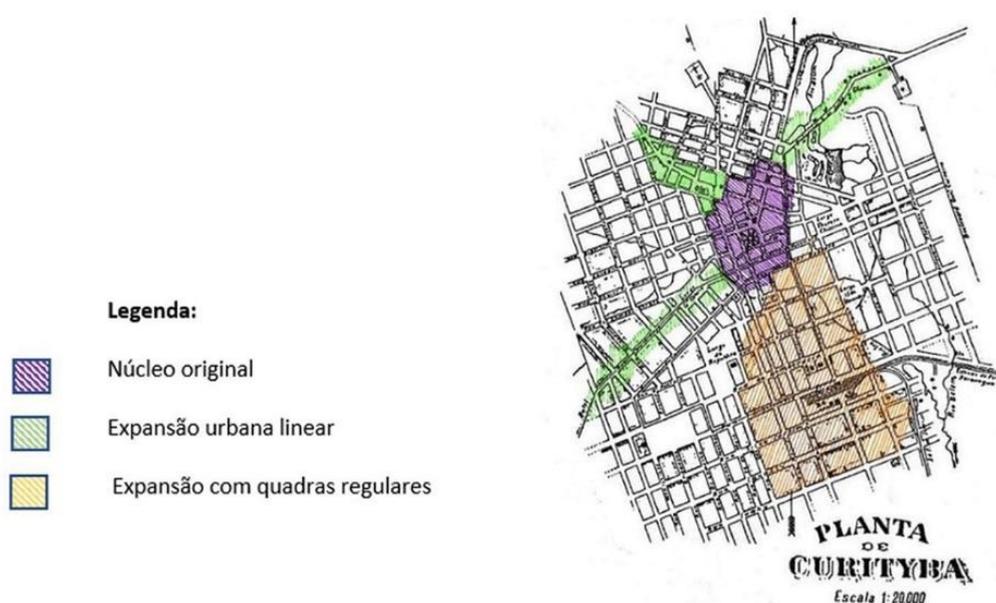
Outro ponto a ser considerado ainda relativamente à ação do tempo diz respeito à persistência da morfologia em contraposição à fragilidade dos tipos – cuja denominação caracteriza o fato de estarem mais sujeitos às ações intencionais humanas na cidade. A preservação dessas estruturas, tipos e traços, é importante; a primeira age como testemunha do passado de algumas gerações e a segunda age como memória última de um tempo mais longo, que se mantém na cidade atual. Neste sentido, a análise morfológica, considerando o tempo como variável no processo de configuração urbana, ajuda a explicar o contexto histórico e as ações que contribuem para definição da forma atual do bairro.

O núcleo urbano de Curitiba surgiu num espaço restrito entre os rios Ivo e Belém, na base de um morro que viria a ser o alto de São Francisco. O pequeno núcleo de traçado irregular reproduzia as características das cidades coloniais, adaptando-se às condições físicas do lugar e, por muito tempo, foi ponto de confluência de antigos caminhos que ainda hoje são identificados nos limites do espaço urbano (Figura 2). As ações de expansão que ocorreram desde a segunda metade do século XIX seguiram as linhas de tais caminhos, a exemplo das antigas estradas do Mato Grosso e da Graciosa (SCHMIDLIN; POLINARI; MANFREDINI, 2009). Nos espaços entre as linhas dos caminhos, predominou a malha urbana regular. A necessidade de

³A legenda do mapa traz as jazidas de minérios existentes e abaixo a provável data de elaboração do mapa (05-02-1906) e seu autor (Benedicto Santos).

regularizar o traçado do centro foi uma das primeiras iniciativas no processo de configuração da capital, após a emancipação política do Estado. Um mapa de Curitiba de 1896 traz uma série de elementos que auxiliam nas análises dessa morfologia (Figura4).

Figura 4 - Planta de Curitiba. Extrato de Mapa do Estado do Paraná. Identificação dos traçados característicos da cidade antiga e do processo de expansão no final do século XIX: o irregular, o regular e o linear. Sobreposições elaboradas pelas autoras, 1896.



Fonte - Museu Paranaense.

O traçado inicial do Rebouças insere-se no contexto de expansão com traçado regular, com a diferença de que as quadras se ampliam e as ruas que as conformam são mais largas que a da região central. A planta, que se assemelha à descrição da expansão proposta pelo engenheiro Ernesto Guaita, identificada por alguns autores como Nova Curityba, de 1895 (DUDEQUE, 2010; CADORE, 2010; BARACHO, 2000), mostra a expansão, a partir do núcleo original, no sentido da estação ferroviária, envolvendo-a e ultrapassando-a. Contudo, não há uma planta desse projeto e nem mesmo sua descrição detalhada, nas atas da Câmara Municipal de Curitiba, correspondentes ao período de 1883 a 1886, nas quais constam informações sobre o contrato feito com o Engenheiro Ernesto Guaita (CMC, 1886). Ainda assim, no Boletim da Casa Romário Martins (2000), sobre o bairro Rebouças, há referência a um dos limites desse projeto – a Praça da República, hoje Praça Rui Barbosa. Sugere-se aqui a extensão desse limite no sentido Sul, pela continuidade do traçado e contemporaneidade da representação na planta.

Outra diferença importante distinguiu o Rebouças de outros bairros que se desenvolveram nas imediações do centro. As características e a posição do terreno da Estação – perpendicular à Rua Barão do Rio Branco – atuaram como uma barreira de separação entre os bairros Rebouças e o Centro, criando duas paisagens distintas, situação que permitiu o embarque, desembarque e circulação de mercadorias, na face posterior da Estação (Figura 5) sem comprometer a paisagem “belle époque” da cidade nas primeiras décadas do século XX (Figura 6).

Figura 5 - Rua Piquiri, em Curitiba, localizada na área posterior da Estação Ferroviária. Ambiente urbano das fábricas, ruas sem calçamento e postes de iluminação simples, 1949.



Fonte - Acervo Casa da Memória/Fundação Cultural de Curitiba.

Figura 6 - Rua Barão do Rio Branco, Curitiba. Calçamento moderno, iluminação sofisticada e edificações elegantes do início do século. No plano de fundo, a fachada principal da Estação Ferroviária, em 1949.



Fonte - Acervo Casa da Memória / Fundação Cultural de Curitiba.

Com o fim da ferrovia e a decadência do setor industrial, decorrente desse fato, e da reconfiguração do parque industrial local, por sua vez dependente de mudanças estruturais mais abrangentes, um conjunto arquitetônico de grande porte ficou à mercê da própria sorte por ser “inadequado” aos propósitos da cidade contemporânea. Os muros passaram a ser fachadas cegas que dificultam a retomada do dinamismo social e urbano e o investimento nas velhas estruturas não garantiam retorno financeiro satisfatório para o mercado imobiliário. Mas a situação de abandono poderia ter sido amenizada e a revitalização efetivada se, quando a Rede Ferroviária foi desativada, o poder público local houvesse promovido a continuidade no espaço urbano, com a utilização do grande terreno da Rede para possibilitar a visibilidade e integração das estruturas do parque industrial, com outros edifícios históricos das imediações. As ações empreendidas nos

anos 2000, com a construção de um shopping center no terreno da estação, ao contrário, agravaram a crescente situação de abandono das edificações que abrigaram as antigas indústrias.

Complementando as análises morfológicas, os estudos com foco na tipologia apontam para novas possibilidades de conhecimento das mudanças. A esse respeito é importante considerar o pensamento de Rossi (2018), que resgata a concepção de Quatremère de Quincy e acrescenta a importância dos elementos estruturadores do espaço urbano, que define como teoria dos fatos urbanos. Argan (1978), por sua vez, traz novas perspectivas ao debate, possibilitando a compreensão do tipo aplicado a um conjunto de edifícios, cuja análise pode auxiliar nos processos de inserção urbana de novas unidades em contextos históricos, à medida que na determinação do tipo “são eliminadas as características de cada prédio, permanecendo apenas aquelas que são comuns a todas as unidades da série”. (ARGAN, 1978, p. 247). No mesmo caminho, Vidler (2020) comenta o que ele define como a terceira tipologia, que surgiu no contexto das críticas ao movimento moderno e que se volta para o estudo da cidade. Segundo esse autor, a cidade, vista como sede de uma nova tipologia, tem o propósito de garantir a continuidade da relação entre a forma e a história, como reação à fragmentação produzida pelas tipologias elementares, institucionais e mecanicistas do passado.

Trazido para a realidade da área de estudo, o conceito de tipologia presta-se para analisar a diversidade dos tipos arquitetônicos que estão abrigados no levantamento realizado, assim como as perdas que atingem conjuntos de edifícios ou quadras inteiras.

Por outro lado, resgatando a definição de fragilidade para designar a tipologia arquitetônica, em contraposição ao tempo mais largo de sobrevivência da morfologia urbana, registra-se uma contradição importante nessa denominada fragilidade. Ao mesmo tempo em que se perdem os elementos arquitetônicos, que são substituídos, mantendo-se uma base morfológica, seus vestígios ou registros – plantas e fotos – permitem um acompanhamento mais próximo das ações dos agentes produtores do espaço urbano, no percurso do tempo. Mesmo a verticalização de alguns trechos da rua é registro importante das ações de transformação. A cidade, pela sua própria dinâmica, se faz e refaz, buscando adaptar-se sempre a novos interesses, quer sejam eles restritos ou abrangentes. Essas mudanças, contudo, podem comprometer a memória urbana e a paisagem:

1. Quando alteram o suporte, os elementos do traçado, ora pela junção de um ou mais lotes, ora pela alteração no modo de ocupação dos lotes, recuos e taxas e ocupação. Ainda assim, podem advir alguns benefícios, quando o interesse público e a melhoria na qualidade de vida dos moradores de um determinado ambiente urbano se sobrepõem a interesses privados.
2. Quando ocorrem em larga escala, desfazendo a memória do lugar, mediante renovação urbana. Isto ocorre na demolição de uma quadra inteira, ou mais.
3. Quando atingem elementos arquitetônicos estruturadores do espaço urbano.

AÇÕES COMPLEMENTARES: CARACTERIZAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

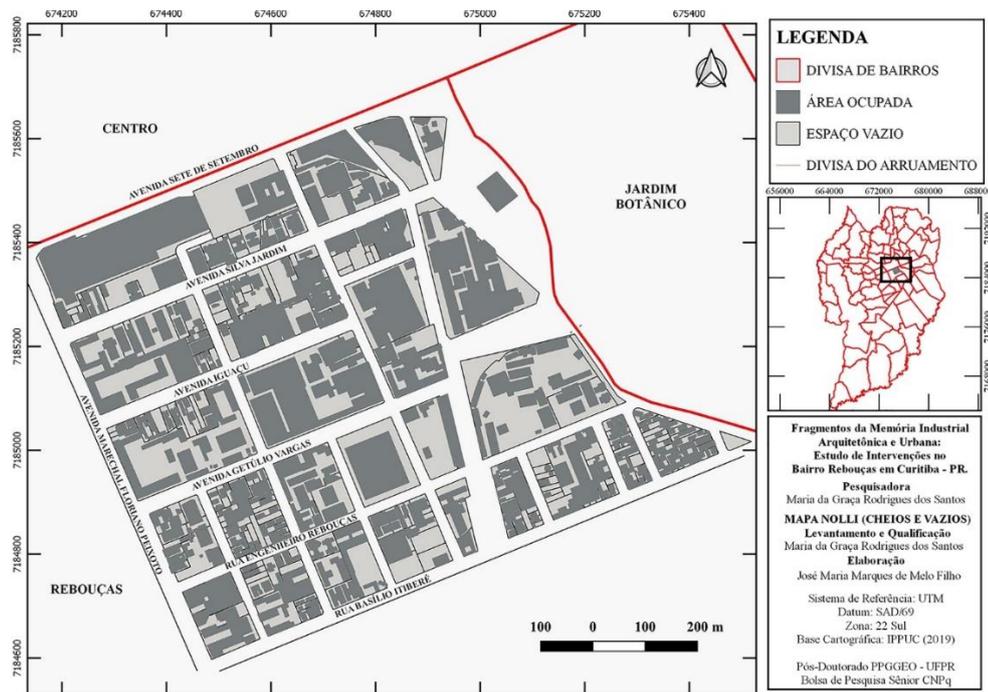
Nesta etapa que se segue à análise por escalas, é necessário caracterizar a área de estudos em seu estágio atual, quanto à estrutura física e ao perfil da população residente, para então proceder à sua classificação, para fins de gestão e controle das transformações. Os elementos para caracterização estão apresentados num conjunto de mapas, resultantes de levantamentos presenciais e pesquisa documental. São os mapas de cheios e vazios, ou mapa Nolli⁴(Figura 7), uso do solo (Figura 8), tipologia arquitetônica (Figura 9) e rendimentos da população residente (Figura 10), neste último caso considerando os setores censitários abrangidos, conforme dados do IBGE 2010, cujos dados estão indicados na Tabela 1.

O mapa Nolli foi produzido para evidenciar a predominância das massas construídas comparadas com os espaços vazios, a disposição das edificações no alinhamento dos lotes e a existência de grandes estruturas, que ocupam quadras inteiras.

Esse mapa também evidencia dimensões e formas dos lotes nas quadras e as mudanças na escala dos lotes, que no caso de estudo, se ampliam à medida que se afastam do eixo da Avenida Sete de Setembro, e se reduzem nas proximidades do Rio Belém – limite leste –, área ocupada por habitações precárias do ponto de vista da sua estrutura física.

⁴Mapa Nolli, ou mapa de cheios e vazios. Instrumento de representação do espaço urbano, realizado originalmente por Gianbatista Nolli em Roma no século XVIII, que vem sendo adotado como referência para estudos de planejamento urbano, desde então (BOEING, 2019).

Figura 7 - Mapa Nolli (cheios e vazios), com informações obtidas em base cartográfica do IPPUC, 2019.



Fonte - IPPUC (2019), editado por José Marques. Pesquisa e acervo Maria da Graça R. dos Santos.

No levantamento e mapeamento do uso do solo (Figura 8), optou-se pela alternativa de análise a partir das características das edificações, da existência de publicidade, ou elementos indicativos de uso, considerando-se o fato de que muitos imóveis, principalmente galpões, estavam fechados, criando um problema de identificação precisa. A importância desse mapa está no fato de indicar predominância de usos, com agrupamentos, ou, ao contrário, dispersões generalizadas, o que auxilia posteriormente no processo de gestão.

Figura 8 - Mapa de uso do solo, com informações obtidas em levantamento realizado entre maio e setembro de 2019.



Fonte - IPPUC (2019), editado por José Marques. Pesquisa e acervo Maria da Graça R. dos Santos.

No caso do mapa de tipologias arquitetônicas (Figura 9), o exercício consistiu na observação individual das edificações, para avaliar posteriormente como caracterizar os tipos urbanos. Cada edificação foi classificada pelo conjunto de elementos que resulta numa forma-base comum, compreendida como princípio, que absorve muitas variantes formais, mas esse levantamento trouxe muitas dúvidas, pois a área registra edificações com escalas muito distintas, que dificultam a leitura homogênea do conjunto. Tal situação é indicativa do processo de transformação da área, com a substituição de tipos arquitetônicos tradicionais por novos tipos, que dificultam o processo, como é o caso da caixa e das modernas torres. A caixa é um tipo arquitetônico indefinido, que pode abrigar os mais diferentes serviços. A identificação vai estar no letreiro ou “decoração” aplicada sobre a fachada, ao modo como já indicava Venturi (2004). A torre, por sua vez, é outro tipo arquitetônico contemporâneo, que pode abrigar o tipo residencial transitório, que são os hotéis; o tipo residencial multifamiliar, que nem sempre apresenta elementos compositivos clássicos, como porta de acesso e série de andares com janelas e varanda; o tipo edifício corporativo, com sedes de grandes empresas, ou o tipo edifício comercial, com salas de escritórios e serviços de modo geral⁵.

Figura 9 - Mapa de Tipologia arquitetônica, com informações obtidas em levantamento realizado entre maio e setembro de 2019.



Fonte - IPPUC (2019), editado por José Marques. Pesquisa e acervo Maria da Graça R. dos Santos.

O último mapa desse conjunto apresenta o perfil socioeconômico da população residente no bairro, a partir de micro dados dos setores censitários que abrangem a área do estudo. Conforme indicado na Figura 10, há uma quase total coincidência entre os limites dos setores censitários do IBGE, que abrangem a área de estudos e a própria área selecionada na pesquisa. Por essa razão, os dados obtidos dos setores (Tabela 1) são utilizados na caracterização da área de estudos de modo geral e, por outro lado, as análises em alguns momentos se estendem para além dos limites precisos, para reforçar uma ideia ou tendência, ou mesmo para propor uma nova forma de compreensão desse setor, no contexto histórico da cidade, e de seu processo de desenvolvimento, na atualidade.

⁵Apesar da analogia compositiva, os dois tipos distinguem-se nos programas arquitetônicos. Segundo Argan, “the creation of a type depends on the existence of a series of constructions that have an evident formal and functional analogy to each other.” (ARGAN, 1996, p. 246).

Figura 10 - Mapa de localização dos setores censitários do IBGE, 2010, inseridos na área do estudo, 2019.



Fonte - IPPUC (2019), editado por José Marques. Pesquisa e acervo Maria da Graça R. dos Santos.

Tabela 1 - Curitiba (PR). Renda da pessoa responsável pelos domicílios. Dados de quatro setores censitários do Bairro Rebouças; dados de todo o Bairro; dados da cidade de Curitiba, 2010.

Referência	Cod_setor	Situação_setor	Até ½ SM	½ - 1 SM	1-2 SM	2-3 SM	3-5 SM	5-10 SM	Mais de 10 SM	Sem rend.	Total
Números absolutos	410690205010157	1	2,0	13	38	39	47	88	84	20	332
%			0,6	3,2	11,45	11,74	14,15	26,5	25,29	6,02	100
Números absolutos	410690205010148	2	1,0	9	28	30	43	27	7	24	171
%			0,59	5,29	16,47	17,64	25,29	15,88	4,11	14,11	100
Números absolutos	410690205010145	3	0	7	18	20	27	41	11	13	140
%			0	4,12	13,04	14,5	19,56	29,71	7,97	9,42	100
Números absolutos	410690205010149	4	2	23	46	36	49	32	15	19	226
%			0,89	10,31	20,62	16,14	21,97	13,87	6,73	8,52	100
Números absolutos	Bairro Rebouças		129	480	1085	1023	1355	1247	524	298	6141
%			2,1	7,82	17,67	16,66	22,06	20,31	8,53	4,85	100
Números absolutos	Município de Curitiba		43.408	118.601	167.984	77.512	72.936	1355	23.325	15.240	576.211
%			7,5	20,58	29,15	13,45	13,87	22,06	4,04	2,64	100

Fonte - IBGE (2010a, 2010b).

Na comparação dos dados dos setores censitários, com dados do bairro Rebouças e dados da cidade de Curitiba, observa-se que:

- a) O setor censitário 1 é disparado o que apresenta índices mais altos na faixa acima de 10 salários-mínimos, 25,29%, em comparação com os demais setores, o bairro, 8,53%, e a cidade de Curitiba, 4,05%. Este setor abrange as quadras do Shopping Estação e Estação Ferroviária, cujos terrenos voltados para a Avenida Silva Jardim foram objeto de renovação urbana, com a implantação de edificações residenciais, predominantemente torres de apartamentos de médio e alto padrão.
- b) O percentual de pessoas responsáveis sem rendimentos no bairro e na cidade de Curitiba estão bem abaixo, menos da metade, dos índices registrados em cada um dos setores censitários. O que mais chama atenção são os valores do setor censitário 2, com 14,11% dos responsáveis pelo domicílio em tal situação. Os dados apontam para uma provável concentração de unidades residenciais com responsáveis em tal condição, no bairro. O número de pessoas responsáveis nos quatro setores censitários totaliza 869, o que corresponde a 14,15% do total do Rebouças. Uma das possíveis razões é a permanência de edificações antigas, precárias, no setor 2 e edificações precárias, da Vila Torres, nas margens do Rio Belém, limite leste da área de estudo, localizadas no setor 4.
- c) 49,73% das pessoas responsáveis em Curitiba, num universo de 576.211 pessoas, estão entre $\frac{1}{2}$ e 2 salários-mínimos, enquanto no bairro esse índice está concentrado nas faixas de 3-5 e 5-10 salários-mínimos. Análise mais efetiva dos dados dos quatro setores censitários comparativamente com a cidade de Curitiba requerem estudos mais aprofundados, a serem feitos em outra ocasião. Os dados obtidos permitem conjecturar sobre o fato de a cidade reunir grandes bolsões de pobreza, que não são visíveis nas áreas mais centrais.

As características do bairro, identificadas e apresentadas nos mapas de cheios e vazios (Figura 7), uso do solo (Figura 8), tipologias (Figura 9) e setores censitários (Figura 10), permitem avaliar a pertinência da proposta de mudanças potenciais que a Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo promove, quanto à possibilidade de preservação do antigo parque industrial e quanto aos benefícios ou prejuízos para a população residente, principalmente as populações mais frágeis, considerando como tais, as que se situam nas faixas mais baixas de rendimentos.

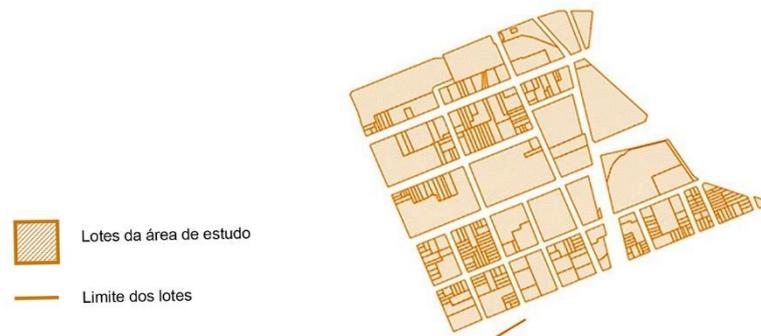
As propostas da Lei 15.511/2019, na perspectiva do desenvolvimento urbano, podem ser benéficas para o bairro, no sentido de inseri-lo na dinâmica contemporânea da cidade, o que pressupõe o incremento das atividades produtivas e o aumento da densidade populacional, aumentando assim o fluxo de pessoas na região e, conseqüentemente, a urbanidade. Contudo, sempre há o risco de que ações que visam a aumentar o nível de atratividade de um bairro gerem aumento no valor da terra, o que traz como consequência a expulsão de moradores com maior nível de vulnerabilidade social. A Lei é um importante indutor de desenvolvimento, não o único, mas importante. Considerando o interesse que agentes do mercado imobiliário manifestaram no processo de aprovação dessa Lei na região (SANTOS, 2019), convém analisar a alteração no zoneamento que a lei promoveu. Outra questão importante que envolve essa possibilidade de transformação diz respeito às edificações que abrigam ou abrigaram indústrias. São unidades de grande valor cultural para a cidade, vestígios materiais do antigo parque industrial que se desenvolveu em conjunto com a implantação da rede ferroviária. Como tais, devem ser objeto de preservação.

Na sequência dos mapas, efetua-se uma avaliação da área, para fins de classificação, com ênfase na estrutura fundiária das quadras (Figura 11), na identificação das potencialidades de transformação por quadra (Figura 12), o que depende da existência de estruturas a serem preservadas, bem como de lotes vazios, de modo a controlar o processo de mudanças que porventura ocorram e, quando ocorrerem, sirvam para melhorar as condições de urbanidade do lugar. Isto pressupõe:

1. Análise da estrutura fundiária do trecho em estudo (Figura 11), para exame da grande diversidade de dimensões de lotes, que aparentemente não revelam um padrão racional de parcelamento, como se vê na maioria das quadras. A exceção está na regularidade da malha urbana e nas quadras mais próximas da

Estação Ferroviária – até a Avenida Presidente Getúlio Vargas – onde foi prevista a ocupação por indústrias, cujo processo teve início no final do século XIX. Análise prévia e necessária, para embasar decisões futuras.

Figura 11 - Estrutura fundiária da área de estudos, com indicação de lotes, 2020.



Fonte - Base Cartográfica do IPPUC (2019), editada pelas autoras.

2. Identificação das edificações de valor histórico e cultural, protegidas institucionalmente; das edificações que abrigam ou abrigaram indústrias; das instituições públicas e equipamentos de grande porte, considerando-os como referências para estruturação da paisagem futura (Figura 12). Nos dois primeiros casos, para fins de preservação e salvaguarda. No caso das instituições, marcação das mais antigas e tradicionais, que não apontam para transferências em tempo breve. No caso em estudo, as sedes da Polícia Militar e associações a elas vinculadas são um bom exemplo dessas instituições, bem como a sede do 5º Batalhão de Suprimentos do Exército que foi instalada na década de 1930, na região do Rebouças. A identificação de grandes estruturas é importante pelo impacto que promovem na paisagem.

Figura 12 - Mapeamento das edificações que podem interferir ou direcionar o processo de transformação urbana na área de estudos, 2020.



Fonte - Base Cadastral do IPPUC (2019), editada pelas autoras.

O mapa base, da estrutura fundiária do bairro, associado com a identificação das edificações mais importantes ou estruturadoras do espaço urbano, permite algumas conclusões sobre as maiores ou menores possibilidades de transformação, por quadras, a partir de uma gradação predefinida, que pode

orientar distintas situações, conforme apresentado na classificação abaixo (Figura 13), com cinco níveis de possibilidades. **Nível 1**, onde não há possibilidade de renovação, pela presença de bem tombado ou edificações consolidadas que ocupam toda a quadra; **nível 2**, a transformação não é recomendada, pela presença de conjunto de casas - edificações unifamiliares - ou conjunto residencial com edificações precárias; **nível 3**, admite adaptação de novas edificações, respeitando-se as características morfológicas da ocupação geral da quadra e a preservação das características tipológicas da edificação industrial; **nível 4**, possibilidade relativa de transformação, pela presença de instituição ou edificação de grande porte e quadras residenciais consolidadas; **nível 5**, possibilidade de fácil transformação, presença de galpões, terrenos vazios e edificações desocupadas.

Figura 13 - Quadras da área de estudo. Proposta de classificação quanto à possibilidade de renovação urbana.



Fonte - Base Cadastral do IPPUC (2019), editada pelas autoras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, as análises realizadas se pautaram na busca por alternativas de desenvolvimento urbano no contexto de preservação do patrimônio industrial do Rebouças. A metodologia utilizada buscou aliar elementos históricos e instrumentos tradicionais de diagnóstico do ambiente urbano, com as ações de transformações da área, pretendidas e empreendidas, por agentes públicos e privados. Como resultado, foram extraídas quatro prerrogativas que devem ser consideradas nesse processo de integração: o tempo, a transformação controlada, a refuncionalização das antigas estruturas e a compreensão da área como parte integrante e importante da cidade.

1. O tempo é um agente fundamental no conhecimento das transformações urbanas. Registra as mudanças que ocorrem no espaço e muitas vezes, como no caso em estudo, é utilizado para distrair nossa percepção sobre essas mudanças que parecem naturais. Na verdade, são frutos de ações conscientes, a exemplo de alterações que as leis de zoneamento promovem, que podem definir paisagens futuras. No caso presente, as intenções de mudanças, que podem levar à gentrificação, estão abafadas pela crise no setor imobiliário e pelo ainda reduzido interesse na área, apesar das iniciativas públicas. Mas o quadro pode mudar.

2. Para não cair no saudosismo de preservar bairros com apenas unidades unifamiliares, aposta-se na transformação controlada e equilibrada, entendendo como tal uma análise prévia do impacto das mudanças previstas nesses bairros e os seus benefícios, considerando a ampliação do acesso da população a serviços urbanos de qualidade e a proximidade com o centro da cidade, além da necessidade de aproveitamento pleno da infraestrutura de transporte da área. Mas, para isso, é necessário evitar mudanças que impeçam ou reduzam tais acessos a populações com rendimentos mais baixos, que teriam mais dificuldade de reinserção no bairro, se tivessem que deixar a área.

3. Aplicando a possibilidade de Refuncionalização na área, vê-se como tal, por exemplo, a utilização do conjunto arquitetônico da AMBEV –originalmente Cervejaria Atlântica e depois Brahma –, pelo porte, posição estratégica e possibilidade de acesso por duas ou três vias. A implantação de atividades de caráter público que promovessem grande fluxo de pessoas poderia iniciar um processo de revitalização e, para que a mudança não seja acompanhada de alterações significativas na estrutura arquitetônica, sugerem-se o desenvolvimento e uso de instrumentos de controle e gestão dessas mudanças.

4. No que concerne ao patrimônio industrial, unindo a importância da preservação com a necessidade de revitalização, propõe-se seu entendimento, em planos e projetos municipais e pesquisas acadêmicas, como parte integrante do processo histórico de formação e consolidação da capital, na perspectiva temporal e espacial. Com isso desfaz-se a prática adotada pelas administrações municipais que contrariam até mesmo as políticas que implementam, como ocorreu no lançamento do Projeto Novo Rebouças e nas ações subsequentes, que permitiram a demolição do Conjunto da Matte Leão. Como afirma Paes-Luchiani (2006), ao adotar a ideologia empresarial do governo urbano, selecionando áreas que possam atrair o capital, como é o caso dos investimentos previstos para o Vale do Pinhão, o ato subsequente é o de recriação da memória local, resgate do capital simbólico e cultural, como espetáculo e objeto de fruição turística. Neste último quesito, a refuncionalização pode atuar como fator de equilíbrio dos interesses dos agentes comentados, com expectativas da população, sem prejuízos para o turismo.

Para finalizar, é importante resgatar a reabilitação urbana, cujas características originais foram transformadas em Portugal e o termo foi utilizado em Curitiba no lançamento do Projeto Vale do Pinhão, em 2017, que, conforme apresentado, visava a articular interesses públicos e privados, com propósitos de inovação, para, com isso, promover a reabilitação urbana do bairro. Nesse caso, o discurso da reabilitação ficou apenas no papel, não se revertendo em ações de preservação do patrimônio cultural, ou mesmo de integração social. Mas os resultados desse processo ainda estão em curso e a pandemia que teve início em 2020 interrompeu ações e congelou as intenções de mudanças, apontadas pela Lei 15.551/2019. Talvez daí advenham novas possibilidades de interpretação da reabilitação urbana, numa terceira perspectiva, que incorpore os interesses do mercado, tornando “as cidades mais atrativas [...] com o objetivo de melhorar a sua funcionalidade, mas, também, de revitalizar os espaços, públicos e privados, para se tornarem centros nucleares de desenvolvimento econômico sustentável e de bem-estar das populações” (SANTOS, 2018, p. 65). Num processo de gestão dos espaços, com os instrumentos adequados, é possível articular o desenvolvimento urbano com a preservação das antigas edificações industriais, a partir da manutenção do uso residencial, em caráter diversificado, a exemplo da proposta apresentada no texto.

AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo apoio na concessão de Bolsa de Pesquisa de Pós-Doutorado Sênior, no período de fevereiro de 2019 a janeiro de 2020, para desenvolvimento de pesquisa junto ao Programa de Pós-graduação em Geografia da UFPR.

REFERÊNCIAS

AML - Assembleia Municipal de Lisboa. **Reabilitação urbana em debate**: reabilitação urbana, experiências, instrumentos e perspectivas. Câmara Municipal de Lisboa: Imprensa Municipal, 2003.

ARGAN, G. Tipologia em arquitetura. 1978. In: NESBITT, K. (Org.) **Uma nova agenda para a arquitetura. Antologia teórica** (1965-1995). São Paulo: Cosac & Naify, 2006.

BARACHO, M. L. G. **Rebouças: o bairro na história da cidade**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 2000. 119p. (Boletim Casa Romário Martins, 124).

BOEING, G. 2019. Spatial Information and the Legibility of Urban Form: Big Data in Urban Morphology. **International Journal of Information Management**, online first. <https://doi.org/10.1016/j.ijinfomgt.2019.09.009>.

CADORE, A. **A produção arquitetônica de Ernesto Guaita em Curitiba**. 2010. 193 f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

CMC - Câmara Municipal de Curitiba. **Livro de Atas da Câmara Municipal 1883 à 1886**. Curitiba, Província do Paraná: Livraria e Loja de Papel de Luiz Coelho, c.1886.

- CANCLINI, N. G. Patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. **Revista do IPHAN**, n. 23/1994. p. 94-114.
- CARLOS, A. F. A. (org.). A reprodução do espaço urbano como momento da acumulação capitalista. In: FARIA, Camila S. et al. **Crise urbana**. São Paulo: 2015.
- COELHO, C. D. (coord.). O tempo e a forma. In: **Morfologia urbana: estudo da cidade portuguesa**. Caderno MURB, vol.2. Porto, Portugal: Editora Argumentum, 2014.
- C40 CITIES. **History of the C40**. New York, oct. 2005. Disponível em: <https://www.c40.org/history>. Acesso em: 12 set. 2020.
- CURITIBA (Município). **Decreto Nº 857** DE 25 de fevereiro de 2017. Institui a Política Municipal de fomento ao ecossistema de inovação no Município de Curitiba. Diário Oficial do Município, Curitiba, PR, 26 abr. 2017. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=342726>. Acesso em: 20 mar. 2020.
- CURITIBA (Município). **Zoneamento**. Mapa anexo à Lei 15.511 de 10 de outubro de 2019. Disponível em: <https://mid.curitiba.pr.gov.br/2020/00304472.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2019.
- DESCHAMPS, M. V. Região Metropolitana de Curitiba: estrutura social e organização social do território. In: **Curitiba: transformações na ordem urbana** [recurso eletrônico] / organização Olga Lúcia Castreghini de Freitas Firkowski, Rosa Moura; [coordenação Luiz César de Queiroz Ribeiro]. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2014.
- DUDEQUE, I. **Nenhum dia sem uma linha: uma história do urbanismo em Curitiba**. São Paulo: Studio Nobel, 2010.
- ENCONTRO LUSO-BRASILEIRO DE REABILITAÇÃO URBANA INTEGRADA, 1. Lisboa, 1995. **Carta de Lisboa sobre a reabilitação urbana integrada**. Disponível em: <https://www.culturanorte.gov.pt/wp-content/uploads/2020/07/1995>. Acesso em: 2 set. 2020.
- FERNANDES, J. C. Sem defesa, fábrica da Matte Leão começa a ser demolida. **Gazeta do Povo**. 06 de abril de 2011. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/sem-defesa-fabrica-da-matte-leao-comeca-a-ser-demolida-4bgldsza3ohv4cvcgx2vms7i/>. Acesso em: 05 ago. 2020.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**. Pessoas responsáveis pelos domicílios com rendimento nominal mensal (tabela 1385). 2010a. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 jul. 2020.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**. Arquivo renda da pessoa responsável (tabela 6.20). 2010b. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 mai. 2020.
- IPPUC - Instituto de Projeto e Planejamento Urbano de Curitiba. Novo (velho) Rebouças: um novo olhar sobre a revitalização do espaço público. **Revista Espaço Urbano**. n. 4, abril de 2003. Disponível em: pergamum.curitiba.pr.gov.br/vinculos/monogr/Texto/revista_espaco_urbano_04.pdf. Acesso em: 20 abr. 2019.
- IPPUC - Instituto de Projeto e Planejamento Urbano de Curitiba. **Dados Geográficos**. Prefeitura Municipal de Curitiba, 2019. Disponível em: <https://ippuc.org.br/geodownloads/geo.htm>. Acesso em: 15 mar. 2020.
- JAMESON, F. **Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo: Ática, 2000.
- KUHL, B. M. **Gustavo Giovannoni: textos escolhidos**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2013.
- LEPETIT, B.; ANGOTTI-SALGUEIRO, H. **Por uma nova história urbana**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.
- MENDES, L. Gentrificação turística em Lisboa: neoliberalismo, financeirização e urbanismo austeritário em tempos de pós-crise capitalista 2008-2009. **Cadernos Metrôpole**, São Paulo, v. 19, n. 39, pp. 479-512, maio/ago 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2017-3906>. Acesso em: 15 ago.2020.
- PAES-LUCHIARI, M. T. Patrimônio cultural – uso público e privatização do espaço urbano. **Geografia**. Rio Claro, SP, Brasil. v. 31, n.1. p. 47-60. jan./abr. 2006. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/1339/2042>. Acesso em: 12 set. 2020.

PAES-LUCHIARI. Centros históricos: Mercantilização e territorialidades do patrimônio cultural urbano. **Geographia**. Universidade Federal Fluminense. v. 7. N.14. 2010. ISSN 15177793. Disponível em: [,https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13490](https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13490). Acesso em: 12 set. 2020. <https://doi.org/10.22409/GEographia2005.714.a13490>

REURB. **Reurbanizar Curitiba**. Organização Social Civil de Interesse Público. Disponível em: <https://www.facebook.com/reurbanizar/>. Acesso em: 12 dez. 2017.

ROSSI, A. **A arquitetura da cidade**. São Paulo: Edições 70, 2018.242 p.

SANTOS, Á. **Reabilitação urbana e a sustentabilidade das cidades**. Vida Econômica Editorial S. A.: Porto, Portugal, 2018. 272 p.

SANTOS, M. da G. R. dos. Patrimônio industrial e transformações urbanas no bairro Rebouças em Curitiba: um estudo em três escalas. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 18, 2019, Natal. **Anais...**Natal, RN. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienanpur/anais/>. Acesso em: 20 mar. 2020.

SCHMIDLIN, H. P.;POLINARI, M.; MANFREDINI, M. **Trilhas, caminhos e estradas no Paraná: séculos XVI a XIX**. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 2009.

VENTURI, R. **Complexidade e contradição em arquitetura**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2004.

VIDLER, A. Latercera tipologia. **Tecne**. 24 septiembre, 2020. Disponível em: <https://tecne.com/biblioteca/anthony-vidler-the-third-typology/>. Acesso em: 25 set. 2020.

Recebido em: 31/03/2021

Aceito para publicação em: 05/08/2021